

## **Anexo 5**

### **Acórdãos dos Tribunais Arbitrais**

Greves nos Centros Hospitalares de São João, EPE, e de Coimbra, EPE,  
no dia 26 de outubro de 2018

Greves nos Centros Hospitalares de São João, EPE, de Coimbra, EPE,  
e Universitário do Porto, EPE, com início no dia 22 de novembro  
e termo a 31 de dezembro de 2018

Greves nos Centros Hospitalares Universitário de Lisboa Norte, EPE,  
e de Setúbal, EPE, com início no dia 22 de novembro e termo  
a 31 de dezembro de 2018



## Acórdãos dos Tribunais Arbitrais



# CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

## ARBITRAGEM PARA DEFINIÇÃO DE SERVIÇOS MÍNIMOS

### Greve no Centro Hospitalar Universitário de São João, EPE e no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE no dia 26 de outubro de 2018

Número do processo: 31/2018 - SM.

Conflito: artigo 538.º CT - AO para determinação de serviços mínimos.

Assunto: greve no Centro Hospitalar Universitário de São João, EPE e Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE | (FNSTFPS), no dia 26 de outubro de 2018, nos termos definidos no respetivo aviso prévio - pedido de arbitragem obrigatória para determinação de serviços mínimos.

#### Acórdão

##### I - Antecedentes

1- Na sequência da comunicação recebida pela Secretária-Geral do Conselho Económico e Social, remetida pela Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), e atendendo à solução parcialmente inconclusiva decorrente da reunião relatada na ata de 16 de outubro de 2018 (realizada em cumprimento do disposto no número 2 do artigo 538.º do Código do Trabalho), procedeu-se à constituição do Tribunal Arbitral, por sorteio realizado às 10 horas do dia 18 de outubro.

2- A arbitragem tem em vista determinar os serviços mínimos na greve mencionada no aviso prévio subscrito pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS) «entre as 0h00 e as 24h00 horas do dia 26 de outubro de 2018» relativamente aos trabalhadores abrangidos pelo âmbito estatutário dessa federação, independentemente da natureza do vínculo ou contrato.

O aviso prévio de greve, junto à mencionada ata de 16 de outubro, contém proposta de serviços mínimos. Igualmente em anexo à mesma ata, consta um documento escrito do Centro Hospitalar Universitário de São João, EPE, propondo a fixação distinta dos mesmos serviços, muitas vezes por remissão para anteriores acórdãos. Foi hoje recebido pelo Tribunal Arbitral uma proposta escrita do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE, igualmente relativa à fixação de serviços mínimos também para remissão por anteriores acórdãos.

Resulta das sobreditas comunicações e propostas apresentadas, bem como da ata da reunião havida na DGERT, que aqui se dão por reproduzidas, só ter havido parcialmente

acordo sobre os serviços mínimos a prestar durante os dias de greve.

A matéria não é regulada pela regulamentação coletiva de trabalho aplicável.

#### II - Tribunal Arbitral

3- O Tribunal Arbitral foi constituído nos termos do número 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de setembro, com a seguinte composição:

- Árbitro presidente: Luis Menezes Leitão;
- Árbitro dos trabalhadores: Frederico Simões Nogueira;
- Árbitro dos empregadores: Ana Jacinto Lopes.

4- O tribunal reuniu com representantes das partes nas instalações do CES, em Lisboa, no dia 19 de outubro de 2018, pelas 15 horas, primeiro ouvindo os representantes da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS), e depois em conferência o representante do Centro Hospitalar Universitário São João, EPE.

Compareceram em representação da FNSTFPS:

- Sebastião José Pinto Santana;
- Alcides Manuel Pacheco Rocha Teles.

Foi ouvida em conferência telefónica, Anabela Morais, indicada pelo Centro Hospitalar Universitário de São João, EPE.

Antes da audiência, o Centro Hospitalar Universitário de São João, EPE e o Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, EPE fizeram chegar alegações escritas sobre a definição dos serviços mínimos.

#### III - Fundamentação

6- As partes mostram-se de acordo quanto à exigência de fixação de serviços mínimos, à luz dos critérios legais da necessidade, proporcionalidade e adequação, divergindo apenas quanto a alguns aspectos na medida daqueles.

Assim, afiguram-se consensuais os serviços mínimos em situações de urgência nas unidades de atendimento permanentes que funcionam 24 horas por dia, nos serviços de internamento que funcionam em permanência, bem como nos cuidados intensivos, no bloco operatório, na urgência, na hemodiálise e nos tratamentos oncológicos, estes por referência a intervenções cirúrgicas e tratamentos de doenças oncológicas com diversos níveis de prioridade.

Por outro lado, foram fixados serviços mínimos em greves parcialmente idênticas à presente por acórdãos arbitrais recentes (de 19 de março de 2018, proferido no Processo n.º 4/2018; de 21 de maio de 2018, no Processo n.º 12/2018; de

28 de junho de 2018, no Processo n.º 22 e 23/2018; de 17 de setembro de 2018, no Processo n.º 26/2018; e de 4 de outubro de 2018 no Processo n.º 28/2018).

Estas decisões apresentam larga margem de coincidência na definição dos serviços a prestar, entre si e no que respeita às pertinentes propostas sindicais e dos empregadores.

Esta circunstância restringe o conflito a aspetos particulares, apenas a propósito dos quais se afigura necessária intervenção materialmente reguladora deste tribunal, que em termos sucintos se fundamenta nos números seguintes, acompanhando as justificações constantes do Acórdão n.º 19/2018.

7- A divergência entre as partes resulta de saber se é ou não necessário fazer acrescer um assistente operacional ao pessoal do serviço noturno de domingo, por serviço de internamento em cada um dos turnos de manhã e da tarde. A posição da federação é que não existe essa necessidade, até porque tal não foi requerido pelos outros centros hospitalares abrangidos por esta greve. Pelo contrário os Centros Hospitalares São João e Coimbra consideram necessário esse assistente operacional com o argumento de que o pessoal do turno da noite de domingo não fornece alimentação aos doentes, e que se torna necessário assegurar a distribuição desta alimentação nos centros hospitalares em que, como é o caso de São João e Coimbra, não se encontra contratada nenhuma empresa externa que possa fornecer alimentação aos doentes, sendo esse serviço prestado por assistentes operacionais.

Analisada a questão, o tribunal considera que, num período de greve com a duração de um dia, é necessário assegurar efetivamente a distribuição da alimentação aos doentes, pelo que essa situação integra o conceito de necessidades sociais impreteríveis, implicando necessariamente a fixação de serviços mínimos, conforme bem decidido no Acórdão n.º 19/2018 - SM.

#### IV - Decisão

Pelo exposto, o Tribunal Arbitral decidiu, por unanimidade, definir os serviços mínimos durante a greve no dia 26 de outubro, nos termos seguintes:

I)

a) Situações de urgência nas unidades de atendimento permanentes que funcionam 24 horas por dia;

b) Serviços de internamento que funcionam em permanência, 24 horas por dia, bem como nos cuidados intensivos, no bloco operatório, com exceção dos blocos operatórios de cirurgia programada, na urgência, na hemodíalise e nos tratamentos oncológicos;

c) Nos tratamentos oncológicos:

– Intervenções cirúrgicas ou início de tratamento não cirúrgico (radioterapia ou quimioterapia), em doenças oncológicas de novo, classificadas como de nível de prioridade 4, de acordo com o critério legal aplicável;

– Intervenções cirúrgicas em doenças oncológicas de novo, classificadas como de nível de prioridade 3, de acordo com o critério legal aplicável, quando exista determinação médica no sentido da realização dessa cirurgia e, comprovadamente, não seja possível reprogramá-la nos 15 dias seguintes ao anúncio da greve;

– Prosseguimento de tratamentos programados em curso, tais como programas terapêuticos de quimioterapia e de radioterapia, através da realização das sessões de tratamento planeadas, bem como tratamentos com prescrição diária em regime ambulatorio (por exemplo, antibioterapia ou pensos);

– Outras situações do foro oncológico, designadamente cirurgias não programadas sem o nível de prioridade 3 ou 4 anteriormente referido, a assegurar de acordo com o plano de contingência para as situações equiparáveis, designadamente em caso de «tolerâncias de ponto» - frequentemente anunciadas com pouca antecedência - e cancelamento de cirurgias no próprio dia, por inviabilidade de realização no horário normal do pessoal ou do bloco operatório.

d) Serviços de imunohemoterapia com ligação aos dados de sangue, nas Instituições cujas necessidades principais de sangue não sejam habitualmente supridas por recurso ao Instituto Português do Sangue e Transplantação e desde que as disponibilidades próprias não se mostrem suficientes para assegurar a satisfação daquelas necessidades, circunscrita a um enfermeiro;

e) Serviço de recolha de órgãos e transplantes em regime de prevenção;

f) Punção folicular a executar por enfermeiro especializado que, por determinação médica, deva ser realizada em mulheres cujo procedimento de procriação medicamente assistida tenha sido iniciado e decorra em estabelecimento do Serviço Nacional de Saúde;

g) Um enfermeiro da equipe de radiologia de intervenção a assegurar nos termos previstos para o turno da noite e no fim de semana, em regime de prevenção;

h) Tratamento de doentes crónicos com recurso a administração de produtos biológicos;

i) Administração de antibióticos, em tratamentos de prescrição diária em regime ambulatorio.

Os meios humanos necessários para cumprir os serviços mínimos definidos correspondem ao número de enfermeiros ao serviço no turno noturno, no horário aprovado aquando do anúncio da greve, com acréscimo de três profissionais de enfermagem (um instrumentista, um de anestesia e um circulante) no bloco operatório e um adicional para assegurar o recobro.

No que respeita aos assistentes operacionais, os meios humanos necessários para cumprir os serviços mínimos definidos, correspondem ao do pessoal ao serviço no turno noturno de domingo, com o acréscimo de um assistente operacional por serviço de internamento, em cada um dos turnos de manhã e da tarde.

II) As instituições devem assegurar as condições necessárias à concretização dos serviços mínimos definidos nesta decisão.

III) Os representantes dos sindicatos devem designar os trabalhadores necessários para assegurar os serviços mínimos ora definidos até 24 horas antes do início do período de greve.

IV) Em caso de incumprimento do dever previsto no número anterior, devem os empregadores proceder a essa designação.

V) O recurso ao trabalho dos aderentes à greve só é lici-

*Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 3, 22/1/2019

to se os serviços mínimos não puderem ser assegurados por trabalhadores não aderentes nas condições normais da sua prestação de trabalho.

Lisboa, 19 de outubro de 2018.

*Luís Menezes Leitão*, árbitro presidente.

*Frederico Simões Nogueira*, árbitro de parte trabalhadora.

*Ana Jacinto Lopes*, árbitro de parte empregadora.

**Greve no Centro Hospitalar Universitário de São João, EPE, Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE e Centro Hospitalar e Universitário do Porto, EPE com início no dia 22 de novembro a 31 de dezembro de 2018**

Número do processo: 37/2018 - SM.

Conflito: artigo 538.º CT - AO para determinação de serviços mínimos.

Assunto: greve no Centro Hospitalar Universitário de São João, EPE, Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE e Centro Hospitalar e Universitário do Porto, EPE | SINDEPOR E ASPE | início a 22 de novembro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, nos termos definidos no respetivo aviso prévio - pedido de arbitragem obrigatória para determinação de serviços mínimos.

**Acórdão**

**I - Antecedentes**

1- A presente arbitragem resulta - por via da comunicação recebida pelo Secretário-Geral do Conselho Económico e Social a 6 de novembro de 2018, remetida no mesmo dia pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) - do aviso prévio de greve conjunto subscrito pelo Sindicato Democrático dos Enfermeiros de Portugal (SINDEPOR) e pela Associação Sindical Portuguesa dos Enfermeiros (ASPE) das 8h00 do dia 22 de novembro às 24h00 do dia 31 de dezembro de 2018, nos termos definidos no mesmo, para determinação de serviços mínimos no Centro Hospitalar e Universitário de São João, EPE, do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE e do Centro Hospitalar e Universitário do Porto, EPE.

2- Em cumprimento do disposto no número 2 do artigo 538.º do Código do Trabalho (CT), foi realizada reunião nas instalações da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), no dia 6 de novembro de 2018, de que foi lavrada ata assinada pelos presentes.

**II - Tribunal Arbitral**

3- O Tribunal Arbitral foi constituído nos termos do número 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de setembro, com a seguinte composição:

- Árbitro presidente: Alexandre Sousa Pinheiro;
- Árbitro dos trabalhadores: José Frederico Simões Nogueira;

- Árbitro dos empregadores: Ana Cristina Jacinto Lopes.

4- O tribunal reuniu nas instalações do CES, em Lisboa, no dia 16 de novembro de 2018, pelas 10h30, seguindo-se a audição dos representantes dos sindicatos e dos centros hospitalares, cujas credenciais, após rubricadas, foram juntas aos autos.

Compareceram, em representação das respetivas entidades:

Pela Associação Sindical Portuguesa dos Enfermeiros (ASPE):

*Nuno Sancho Lampreia.*

Pelo Sindicato Democrático dos Enfermeiros de Portugal:

*Ana Rita Henriques.*

Centro Hospitalar Universitário de S. João EPE:

*Paula Cristina Rodrigues Costa;*

*Anabela Morais.*

Centro Hospitalar Universitário Coimbra, EPE:

*Áurea Andrade;*

*Carlos Gante Ribeiro;*

*Emília Santos Vilhena.*

Centro Hospitalar Universitário do Porto, EPE:

*Maria do Rosário Pereira;*

*Ilda Magalhães.*

No decurso das audiências foram entregues três documentos, por parte da Associação Sindical Portuguesa dos Enfermeiros (ASPE), do Centro Hospitalar Universitário de São João EPE e do Centro Hospitalar Universitário Coimbra, EPE.

O tribunal procedeu à audição dos sindicatos e das entidades empregadoras, tendo considerado necessário e relevante proceder à audição de ambas e em simultâneo no momento final da audiência. Tal ocorreu porque o documento da ASPE datado de 16 de novembro não era do conhecimento dos restantes intervenientes.

**III - Fundamentação**

5- As partes mostram-se de acordo quanto à exigência de fixação de serviços mínimos, à luz dos critérios legais da necessidade, proporcionalidade e adequação.

De fato o direito à greve constitucionalmente previsto no artigo 57.º não tem uma natureza absoluta devendo articular-se com outros tais como o direito ao trabalho, o direito de deslocação e o direito à prestação de saúde. No que toca ao direito previsto no artigo 64.º da Constituição devem ser



afetadas as necessidades sociais impreteríveis definidas no artigo 57.º, número 3.

Para uma adequada decisão no caso concreto, devem ser tomadas em consideração as seguintes circunstâncias:

- A greve abrange um período contínuo de 40 dias;
- Está em curso uma greve por tempo indeterminado iniciada em 1 de julho às horas que excedem as 35 horas e que foi apreciada no Processo n.º 22 e 23/2018;
- Em qualquer das instituições hospitalares em causa é desenvolvido o tratamento de doenças com patologias complexas.

Neste sentido, tal como os sindicatos e os centros hospitalares, entende também este tribunal que devem ser decretados serviços mínimos dada a evidência de que existem necessidades sociais impreteríveis.

O tribunal não pode olvidar o longo período pelo qual se prolonga a greve. Não se questionando a legitimidade dela entende-se que a jurisprudência que o CES tem fixado nesta matéria, deve ser aplicada com alterações sensíveis no caso concreto.

#### IV - Decisão

Pelo exposto, o Tribunal Arbitral decidiu, por unanimidade, definir os serviços mínimos nos termos seguintes:

- I)
  - a) Situações de urgência nas unidades de atendimento permanentes que funcionam 24 horas por dia;
  - b) Serviços de internamento que funcionam em permanência, 24 horas por dia, bem como nos cuidados intensivos, no bloco operatório, com exceção dos blocos operatórios de cirurgia programada, na urgência, na hemodíalise e nos tratamentos oncológicos;
  - c) Nos tratamentos oncológicos:
    - Intervenções cirúrgicas ou início de tratamento não cirúrgico (radioterapia ou quimioterapia), em doenças oncológicas de novo, classificadas como de nível de prioridade 4, de acordo com o critério legal aplicável;
    - Intervenções cirúrgicas em doenças oncológicas de novo, classificadas como de nível de prioridade 3, de acordo com o critério legal aplicável, quando exista determinação médica no sentido da realização dessa cirurgia e, comprovadamente, não seja possível reprogramá-la nos 15 dias seguintes ao anúncio da greve;
    - Outras situações do foro oncológico, designadamente intervenções cirúrgicas em doenças oncológicas não classificadas como de nível de prioridade 3 ou 4, de forma a que todos os doentes oncológicos com cirurgias marcadas ou a marcar e que importem um deferimento dos atos cirúrgicos para data que ultrapasse o limite máximo estabelecido pela Portaria n.º 1529/2008 de 26 de dezembro sejam intervenções.
    - Prosseguimento de tratamentos programados em curso, tais como programas terapêuticos de quimioterapia e de radioterapia, através da realização das sessões de tratamento

planeadas, bem como tratamentos com prescrição diária em regime ambulatorio (por exemplo, antibioterapia ou pensos);

- Serviços de imunohemoterapia com ligação aos doadores de sangue, nas Instituições cujas necessidades principais de sangue não sejam habitualmente supridas por recurso ao Instituto Português do Sangue e Transplantação e desde que as disponibilidades próprias não se mostrem suficientes para assegurar a satisfação daquelas necessidades.

d) Serviço de recolha de órgãos e transplantes em regime de prevenção;

e) Punção folicular a executar por enfermeiro especializado que, por determinação médica, deva ser realizada em mulheres cujo procedimento de procriação medicamente assistida tenha sido iniciado;

f) Radiologia de intervenção a assegurar nos termos previstos para o turno da noite e no fim de semana, em regime de prevenção;

g) Tratamento de doentes crónicos com recurso a administração de produtos biológicos;

h) Administração de antibióticos, em tratamentos de prescrição diária e em regime ambulatorio.

Os meios humanos necessários para cumprir os serviços mínimos definidos serão os que em cada estabelecimento de saúde forem disponibilizados, em cada turno (manhã, tarde e noite) para assegurar o funcionamento ao domingo e em dia feriado.

Nos blocos operatórios (dos serviços de urgência, oncologia, obstetria, cirurgia cardio-torácica, neurocirurgia, oftalmologia e cirurgia de ambulatorio) haverá um acréscimo de três profissionais de enfermagem (um instrumentista, um de anestesia, um circulante e um adicional para o recobro). Quanto a transplantes terá que ser assegurada uma equipa de prevenção 24 horas por dia.

II) As instituições devem assegurar as condições necessárias à concretização dos serviços mínimos definidos nesta decisão.

III) Os representantes dos sindicatos devem designar os trabalhadores necessários para assegurar os serviços mínimos ora definidos até 24 horas antes do início do período de greve.

IV) Em caso de incumprimento do dever previsto no número anterior, devem os empregadores proceder a essa designação.

V) O recurso ao trabalho dos aderentes à greve só é lícito se os serviços mínimos não puderem ser assegurados por trabalhadores não aderentes nas condições normais da sua prestação de trabalho.

Lisboa, 16 de novembro de 2018.

Alexandre Sousa Pinheiro, árbitro presidente.

José Frederico Simões Nogueira, árbitro de parte trabalhadora.

Ana Cristina Jacinto Lopes, árbitro de parte empregadora.

**Greve no Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, EPE e no Centro Hospitalar de Setúbal, EPE com início no dia 22 de novembro a 31 de dezembro de 2018**

Número do processo: 38/2018 - SM.

Conflito: artigo 538.º CT - AO para determinação de serviços mínimos.

Assunto: greve no Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, EPE e no Centro Hospitalar de Setúbal, EPE (SINDEPOR E ASPE), a ter lugar no período de 22 de novembro a 31 de dezembro de 2018, nos termos definidos no respetivo aviso prévio - pedido de arbitragem obrigatória para determinação de serviços mínimos.

**Acórdão**

**I - Antecedentes**

1- A presente arbitragem resulta - por via da comunicação recebida pelo Secretário-Geral do Conselho Económico e Social a 8 de novembro de 2018, remetida no mesmo dia pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) - do aviso prévio de greve conjunto subscrito pelo Sindicato Democrático dos Enfermeiros de Portugal (SINDEPOR) e pela Associação Sindical Portuguesa dos Enfermeiros (ASPE) das 0h00 do dia 22 de novembro às 24h00 do dia 31 de dezembro de 2018, nos termos definidos no mesmo, para determinação de serviços mínimos no Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, EPE, e no Centro Hospitalar de Setúbal, EPE.

2- Em cumprimento do disposto no número 2 do artigo 538.º do Código do Trabalho (CT), foi realizada reunião nas instalações da DGERT, no dia 7 de novembro de 2018, de que foi lavrada ata assinada pelos presentes, sendo de realçar que nenhuma associação sindical compareceu a essa reunião, nos termos melhor explicitados nos anexos III da ata da DGERT.

O pré-aviso de greve, contém proposta de serviços mínimos. Em anexo à referida ata constam contributos escritos das entidades empregadoras nos anexos VI e VII, para os quais se remete e se dão como integralmente reproduzidos.

Resulta da ata da reunião havida na DGERT não ter havido acordo sobre os serviços mínimos a prestar durante o período de greve.

A matéria não é igualmente regulada pela regulamentação coletiva de trabalho aplicável.

**II - Tribunal Arbitral**

3- O Tribunal Arbitral foi constituído nos termos do número 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de setembro, com a seguinte composição:

- Árbitro presidente: Emílio Augusto Ricon Peres;
- Árbitro dos trabalhadores: Zulmira Castro Neves;
- Árbitro dos empregadores: Luis Miguel Lucas Pires.

Foi dada a faculdade às partes de remeterem por escrito ao TA as respetivas alegações fundamentadas, caso o pretendessem.

Notificadas as contrapartes para exercício do contraditório, pronunciaram-se o Sindicato Democrático dos Enfermeiros e a Associação Sindical Portuguesa dos Enfermeiros.

4- O tribunal reuniu nas instalações do CES, em Lisboa, no dia 16 de novembro de 2018, pelas 10h30, seguindo-se a audição dos representantes dos sindicatos e dos centros hospitalares, cujas credenciais, após rubricadas, foram juntas aos autos.

Compareceram, em representação das respetivas entidades:

Pela Associação Sindical Portuguesa dos Enfermeiros (ASPE):

*Nuno Sancho Lampreia.*

Pelo Sindicato Democrático dos Enfermeiros de Portugal:

*Varela de Matos;  
Ana Rita Henriques;  
Vanessa Oliveira.*

Centro Hospitalar de Setúbal, EPE:

*Maria do Céu Gonçalves Ribeiro.*

Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE:

*Carla Cristina de Matos Apolinário Martins Ribeiro;  
Maria Teresa Madureira dos Santos.*

**III - Fundamentação**

5- As partes mostram-se de acordo quanto à exigência de fixação de serviços mínimos, à luz dos critérios legais da necessidade, proporcionalidade e adequação.

Na audição escrita e na audiência de parte, veio a Associação Sindical dos Enfermeiros Portugueses (ASPE) dizer o seguinte: «tomando por referência as decisões do Tribunal Arbitral, deliberadas por unanimidade, publicadas nos Acórdãos n.º 4/2018 - SM, n.º 26/2018 - SM e n.º 28/2018 - SM, todos proferidos tendo por referência os mesmos serviços e tipologia de utentes, a dotação de enfermeiros para a prestação de serviços mínimos indispensáveis/impreteríveis deve ter como referência o número de enfermeiros igual ao turno da noite, designados no horário aprovado à data do anúncio da greve.

Aceitando-se integralmente a descrição e especificidade dos serviços a integrar no conceito de «serviços mínimos» descritos nos 3 acórdãos acima referidos, a ASPE vem requerer a este tribunal que nos termos do número 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de setembro, cumpridos os pressupostos legais, decida de imediato nesse mesmo sentido».

Interpelado o Sindicato Democrático dos Enfermeiros de Portugal, declarou o mesmo sufragar na íntegra este entendimento.

Por sua vez, interpeladas as entidades empregadoras, vieram estas igualmente sufragar este entendimento.

Face ao acordo obtido, o Tribunal proferirá decisão nos termos do número 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de setembro.

## IV - Decisão

Pelo exposto, o Tribunal Arbitral decidiu, por unanimidade, definir os serviços mínimos nos termos seguintes:

I)

a) Situações de urgência nas unidades de atendimento permanentes que funcionam 24 horas por dia;

b) Serviços de internamento que funcionam em permanência, 24 horas por dia, bem como nos cuidados intensivos, no bloco operatório, com exceção dos blocos operatórios de cirurgia programada, na urgência, na hemodiálise e nos tratamentos oncológicos;

c) Nos tratamentos oncológicos:

– Intervenções cirúrgicas ou início de tratamento não cirúrgico (radioterapia ou quimioterapia), em doenças oncológicas de novo, classificadas como de nível de prioridade 4, de acordo com o critério legal aplicável;

– Intervenções cirúrgicas em doenças oncológicas de novo, classificadas como de nível de prioridade 3, de acordo com o critério legal aplicável, quando exista determinação médica no sentido da realização dessa cirurgia e, comprovadamente, não seja possível reprogramá-la nos 15 dias seguintes ao anúncio da greve;

– Prosseguimento de tratamentos programados em curso, tais como programas terapêuticos de quimioterapia e de radioterapia, através da realização das sessões de tratamento planeadas, bem como tratamentos com prescrição diária em regime ambulatorial (por exemplo, antibioterapia ou pensos);

– Outras situações do foro oncológico, designadamente cirurgias não programadas sem o nível de prioridade 3 ou 4 anteriormente referido, a assegurar de acordo com o plano de contingência para as situações equiparáveis, designadamente em caso de «tolerâncias de ponto» - frequentemente anunciadas com pouca antecedência - e cancelamento de cirurgias no próprio dia, por inviabilidade de realização no horário normal do pessoal ou do bloco operatório.

d) Serviços de imunohemoterapia com ligação aos dadores de sangue, nas instituições cujas necessidades principais de sangue não sejam habitualmente supridas por recurso ao Instituto Português do Sangue e Transplantação e desde que as disponibilidades próprias não se mostrem suficientes para assegurar a satisfação daquelas necessidades.

e) Serviço de recolha de órgãos e transplantes em regime de prevenção;

f) Punção folicular a executar por enfermeiro especializado que, por determinação médica, deva ser realizada em mulheres cujo procedimento de procriação medicamente assistida tenha sido iniciado e decorra em estabelecimento do Serviço Nacional de Saúde;

g) Radiologia de intervenção a assegurar nos termos previstos para o turno da noite e no fim de semana, em regime de prevenção;

h) Tratamento de doentes crónicos com recurso a administração de produtos biológicos;

i) Administração de antibióticos, em tratamentos de prescrição diária em regime ambulatorial.

Os meios humanos necessários para cumprir os serviços mínimos definidos correspondem ao número de enfermeiros

ao serviço no turno noturno, no horário aprovado aquando do anúncio da greve, com acréscimo de três profissionais de enfermagem (um instrumentista, um de anestesia e um circulante) no bloco operatório (urgência e oncológico) e um adicional para assegurar o recobro.

II) As instituições devem assegurar as condições necessárias à concretização dos serviços mínimos definidos nesta decisão.

III) Os representantes dos sindicatos devem designar os trabalhadores necessários para assegurar os serviços mínimos ora definidos até 24 horas antes do início do período de greve.

IV) Em caso de incumprimento do dever previsto no número anterior, devem os empregadores proceder a essa designação.

V) O recurso ao trabalho dos aderentes à greve só é lícito se os serviços mínimos não puderem ser assegurados por trabalhadores não aderentes nas condições normais da sua prestação de trabalho.

Lisboa, 16 de novembro de 2018.

*Emílio Augusto Ricon Peres*, árbitro presidente.

*Zulmira Castro Neves*, árbitro de parte trabalhadora.

*Luís Miguel Lucas Pires*, árbitro de parte empregadora.

